

Resumos de Livros/Book Reviews

Estatística de Mortalidade, Brasil 1979.
Brasília, Ministério da Saúde. Centro de Documentação, 1982. 355 p.

Acaba de ser publicado pelo Centro de Documentação do Ministério da Saúde do Brasil, "Estatísticas de Mortalidade, Brasil 1979". Esses dados referem-se aos óbitos de residentes em todo o território nacional, no ano de 1979, e as estatísticas puderam ser elaboradas a partir da implantação, em 1976, do Sub-Sistema de Informação sobre Mortalidade; esse sistema foi iniciado com a padronização, a nível nacional, do modelo de declaração de óbito e perda fetal, determinação de fluxos e periodicidade da informação, codificação de causas de morte, etc.

A publicação apresenta, para o Brasil, para cada Estado, Municípios das Capitais dos Estados e Distrito Federal o número de óbitos de residentes distribuídos segundo sexo, grupos de idade e causa. Esta variável é mostrada de acordo os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (9ª Revisão) e segundo os grupos de causas da Lista Brasileira de Mortalidade, que consiste em 42 rubricas de dois algarismos, algumas das quais, discriminadas em rubricas de três algarismos, permitindo, portanto, maior detalhamento para algumas doenças.

Do ponto de vista quantitativo, admite o Ministério da Saúde que os dados apresentados representem aproximadamente 70% dos óbitos ocorridos no país, no ano analisado. Pela primeira tabela da publicação pode-se ter idéia dessa cobertura, pois, para cada Estado da Federação, é mostrado o número total de municípios e o total daqueles com remessa regular de informação. É possível dessa forma, notar que muitas localidades, principalmente das Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, ainda não se engajaram ao Sistema. Outra limitação citada quanto aos aspectos quantitativos dos óbitos é a relativa ao seu sub-registro, que consiste em uma subenumeração dos

óbitos em função da existência de cemitérios que permitem enterramentos sem o registro civil competente. Por essas razões, para alguns Estados, não se recomenda o cálculo de coeficientes a partir dos dados brutos apresentados, podendo, entretanto, ser utilizada a mortalidade proporcional como solução alternativa.

Quanto à qualidade dos dados, os editores chamam a atenção para o problema das inconsistências referentes a sexo, idade e causa, que foram, em grande parte, corrigidas, ficando apenas um resíduo, perfeitamente aceitável, ao redor de 0,5% do total de óbitos.

Apesar das restrições apresentadas quanto à cobertura, "Estatísticas de Mortalidade, Brasil 1979" representa um primeiro grande passo para o conhecimento da mortalidade a nível nacional; vem preencher um claro há muito existente entre nós, possibilitando aos estudiosos conhecer a distribuição dos óbitos segundo uma série de variáveis consideradas importantes do ponto de vista epidemiológico.

Maria Helena P. de Mello Jorge
Departamento de Epidemiologia — FSP/USP

Guidelines for Health Planners, by Oscar Gish. London, Tri-Med Books Ltd., 1977. 90 p.

Oscar Gish é cientista social, com graus universitários em história, ciências sociais e economia nos Estados Unidos da América, Holanda e Grã-Bretanha. Trabalhou de 1971 a 1973 como chefe "de facto" da Unidade de Planejamento e Análise do Ministério de Saúde da Tanzania, tendo ainda atuado na Universidade de Sussex, Instituto de Economia da Holanda e no Departamento de Administração e Planejamento de Saúde da Escola de Saúde Pública da Universidade de Michigan.

Esta publicação, de sua autoria, é dirigida aos responsáveis pelos planos de saúde dos países do 3º mundo, principalmente daqueles

com setor público bem desenvolvido, com o objetivo de alertá-los sobre os fatores básicos que devem ser considerados no planejamento da distribuição dos escassos recursos do setor.

A premissa que orientou a elaboração do trabalho é a de que o governo é responsável pela prestação de serviços de saúde que devem abranger a maioria da população e estender-se a superfície total do país, utilizando tecnologias simples e adequadas.

Nas 11 partes em que é subdividido, o livro oferece guias gerais, de como organizar uma unidade de planejamento de saúde, de quais os requerimentos básicos para a elaboração de planos e para o controle dos gastos; de como organizar e administrar serviços de "prevenção" entre os quais: Nutrição, Educação Sanitária, Saneamento Ambiental, Campanhas Especiais, Infra-estrutura de Serviços Rurais de Saúde, Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar; de quais são os problemas envolvidos na Administração de Pessoal; dos problemas básicos relacionados aos serviços curativos, desde as pequenas unidades rurais até os hospitais maiores; sobre a questão de suprimento de medicamentos e de outros serviços auxiliares; sobre os serviços móveis e ao nível das aldeias; sobre os serviços não governamentais, tanto benéficos quanto privados; sobre a questão da ajuda externa e conclusões.

Dada a clara intenção do Autor de oferecer orientações práticas para o planejamento, organização e gestão dos serviços de saúde em países do 3º mundo com carências múltiplas, setor público em saúde bastante ampliado e organizado segundo modelos que comportam fragmentação em "serviços preventivos" e "serviços curativos", além de especialização, de acordo com espaço de atuação, urbano e rural, suas recomendações ficam adstritas a tais países, com escassa possibilidade de generalização, exceção feita aos temas tratados nos 2º e 3º capítulos em que são delineados os princípios básicos que devem nortear a institucionalização da unidade e do processo de

planejamento, bem como o roteiro de elaboração de um plano de saúde.

Oswaldo Campos
Departamento de Prática de Saúde Pública
— FSP/USP

Report of the Committee on Infectious Diseases 9th ed. Evanston, Ill., American Academy of Pediatrics, 1982. 379 p.

Esta 19ª edição, a cargo da Academia Americana de Pediatria, apresenta novas informações em relação às anteriores. Como é anunciado no prefácio, foram incluídas as referentes a infecções por *Chlamydia*, coronavírus, doença dos legionários, hepatite B e a não A e não B, doença de Kawasaki, e as causas por *Yersinia* sp. Ao lado disso, apresentam-se dados sobre novas vacinas e uso de imunoglobulinas específicas para hepatite B, raiva, infecções varicella-zoster e pneumocócicas. Incluem-se também informações diagnósticas e de uso adequado de agentes terapêuticos. Não obstante ser essencialmente destinado como guia ao controle das doenças da infância nos EUA, apresenta informações sobre algumas prevalentes nas Américas Central e do Sul, como as parasitoses, em especial modo, malária tripanossomíase, e algumas arboviroses. Todavia, pelo menos neste particular, carece de certa atualidade, provavelmente devido ao limitado interesse pela nossa nosologia. Como exemplo assinala-se a falta de referência à encefalite por vírus Rocio, em que pese a sua descrição ter sido publicada em conceituado periódico daquele país. Isso certamente deverá frustrar as esperanças dos pesquisadores nacionais que ainda acreditam no mérito de publicar matérias referentes a nossos problemas, em idioma e em revistas estrangeiras.

Oswaldo Paulo Forattini
Departamento de Epidemiologia — FSP/USP

The therapeutic community: outside the hospital; edited by Elly Jansen. London, Croom Helm Ltd., 1980. 392 p.

Apresentado como um produto da inquietação de todos os envolvidos com as políticas de saúde mental, o presente livro é uma coletânea de trabalhos, realizada com

a intenção de estimular mudanças naquelas políticas e de implementar sua efetivação na prática.

O editor, Elly Jansen, é, praticamente, o colaborador mais importante, apresentando no prefácio um histórico completo do desenvolvimento da Saúde Mental e, em discussões que iniciam as várias partes do livro, analisando com muita propriedade, o assunto que vai ser discutido a seguir pelos vários autores.

As experiências e os trabalhos apresentados têm uma abrangência limitada ao Reino Unido e aos Estados Unidos, com um trabalho relativo à Austrália e outro à Holanda, ou seja, somente países desenvolvidos. A utilidade dos relatos para os países em desenvolvimento vai depender, assim, do leitor.

O livro está dividido em prefácio, agradecimentos, introdução, uma primeira parte sobre teorias e modelos de comunidade terapêutica, uma segunda parte tratando das questões de recursos humanos, uma terceira parte sobre política e planejamento, lista de colaboradores e índice.

O prefácio faz um rápido histórico do que se observa na Inglaterra desde o final dos anos 50, incluindo as mudanças de legislação e esforços para a desinstitucionalização por meio das comunidades terapêuticas, como parte de um esquema de serviços de saúde mental.

A introdução trata dos antecedentes de soluções tentadas até a época da edição do livro, mencionando os grandes hospitais para doentes mentais de fins do século XVIII e do século XIX e as mudanças de tratamento e legislação que foram sendo introduzidas a partir de Pinel. Há uma interessante menção, à pág. 13, sobre o número de pacientes dos chamados "grandes hospitais", observando-se que o número total de pacientes nos asilos na Inglaterra e País de Gales cresceu de 7.140 em 1850 a 75.004 em 1900, representando um crescimento de mais de 500% em relação ao crescimento da população. Como destaque, tem-se ainda o exame do problema da insuficiência de pessoal junto ao grande número de pacientes,

aliado ao desenvolvimento da tecnologia médica e da necessidade do reconhecimento da Psiquiatria como disciplina clínica, tudo contribuindo para enfatizar o tratamento médico como tarefa exclusiva de psiquiatras, negligenciando medidas sociais e psicológicas paralelas. Mostra, também, como o avanço da legislação, no sentido de dar aos asilos os contornos legais necessários, os tornou mais locais de custódia do que de tratamento. A Segunda Guerra trás mudanças a esse estado de coisas e, por volta do fim dos anos 40, começa a ser definido o conceito de comunidade terapêutica. A seguir, analisa o relacionamento entre o movimento da comunidade terapêutica e o governo central, apontando como o desenvolvimento das teorias psiquiátricas, nas três décadas, enfatizou mais o modelo comunitário do que o institucional, levando a necessidade de mudanças na legislação (o que é rotineiro no Reino Unido e nos Estados Unidos), seguindo-se a citação, bastante útil, dos principais atos legislativos que trataram das políticas de reorientação da atenção à saúde mental.

A primeira parte reúne 11 trabalhos sobre teorias e modelos de comunidade terapêutica. O editor, discute, de início, os antecedentes da comunidade terapêutica, afirmando que as falhas na legislação e diretrizes governamentais são devidas a dois maiores defeitos: primeiro, que as propostas do governo não foram suficientemente detalhadas e específicas e em segundo lugar, que ele, governo, falhou no promover sua implementação; aborda os antecedentes da comunidade terapêutica, descreve o projeto de Richmond Fellowship, as aplicações da teoria, aspectos da comunidade terapêutica e suas necessidades especiais, a saída dos pacientes e sua reintegração com a sociedade e as medidas futuras que devam ser tomadas.

A segunda parte trata dos recursos humanos, com muitos exemplos da experiência da Richmond Fellowship, e é iniciada, também, com uma discussão do editor, introduzindo a questão e situando o pessoal como fator crucial no sucesso ou insucesso da comunidade terapêutica. Menciona vários

estudos sobre os reflexos, nos pacientes, dos conflitos e desajustamentos do pessoal, ainda mais graves se ocorrerem com "grupos" de funcionários. Aborda, em seguida, a seleção, as estruturas conceituais, o treinamento, a necessidade de profissionalização e o papel da supervisão dinâmica na ansiedade do pessoal e os problemas mais simples de administração e organização.

A terceira parte, a meu ver a mais importante, trata da política e planejamento governamentais. A discussão do editor é, novamente, de excelente atualidade e abrangência, revendo o número de problemas no campo da saúde mental comunitária que são comuns aos países desenvolvidos mas que são também encontrados entre nós. Julga o editor que alguns dos maiores obstáculos à implantação de programas de saúde mental são as considerações econômicas, a herança dos grandes hospitais mentais, a dinâmica de conceitos médicos, os problemas do estigma e de reintegração social, e, especificamente, a necessidade de definir o papel da comunidade terapêutica dentro dos serviços comunitários de saúde mental. Extremamente importante é a discussão da legislação e política nos EUA, na Austrália e na Inglaterra e País de Gales, com citações de custo "per capita" e geral, os serviços de saúde mental nos governos locais e o número de vagas disponíveis.

Considero a leitura do livro imprescindível para todos que estão, de alguma maneira, envolvidos com as políticas e práticas de saúde mental, e recomendo a introdução e a terceira parte — Política e Planejamento, especialmente, àqueles que estão preocupados com a organização de serviços de saúde mental na Administração Pública do País, nas unidades federadas, nas áreas metropolitanas e nos municípios, como subsídio para que a citada organização reflita e tenha condições de implementar as Políticas Públicas pertinentes à área.

Evelin Naked de Castro Sá
Departamento de Prática de Saúde Pública
— FSP/USP

Water and Wastewater Engineering Systems,
by D. Barnes, P.J. Bliss; B.W. Gould
and H.R. Vallentine. London, Pitman
Books Ltd., 1981. 513 p.

Este importante livro texto oferece uma ampla informação básica no campo da Engenharia Sanitária, mais especificamente sobre sistemas de abastecimento de água e de águas residuárias para graduados em engenharia civil. Também poderá ser utilizado por estudantes em áreas correlatas como a engenharia química, ciências ambientais, urbanismo e microbiologia aplicada. Estudantes de pós-graduação nestas disciplinas também encontrarão uma valiosa fonte de informações básicas neste livro.

Apesar de que é dada ênfase nos princípios científicos de Engenharia Sanitária referente a água e águas residuárias este livro apresenta detalhes práticos de funcionamento de instalações nas mais variadas condições.

Os tópicos cobertos por esta obra são: adução e distribuição de água potável, coleta de águas residuárias domésticas e industriais, disposição de lodos e efluentes, projeto de estações de tratamento, análises químicas e microbiológicas e as implicações ambientais dos sistemas de água e águas residuárias. Tais tópicos foram assim representados aproveitando-se a experiência de cursos que há muito tempo vem sendo oferecidos em nomeadas Faculdades de Engenharia da Europa, Ásia, América do Norte e Austrália, refletindo assim a experiência internacional dos autores nos aspectos práticos e de ensino.

O texto é reforçado com 150 ilustrações e 44 exemplos práticos além de 115 questões de fins de capítulo. Há também um apêndice contendo aproximadamente 90 problemas numéricos com respectivas respostas.

Antonio C. Rossin
Departamento de Saúde Ambiental —
FSP/USP